

## Entrevista | António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas

Vida Económica, 20 dezembro 2024

António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas, afirma

# “Portugal deve promover uma reforma radical do sistema fiscal”



“Portugal deve criar uma relação de confiança entre o Estado e o sector empresarial”, considera António Mendonça.



António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas, afirma

**“Portugal deve promover uma reforma radical do sistema fiscal”**

PÁG. 8

Há que evitar “cair em novos ciclos de dependências e vulnerabilidades que podem dar a ilusão de ganhos imediatos, mas que comprometem a prazo a qualidade e sustentabilidade do nosso crescimento”, afirma à “Vida Económica”, António Mendonça.

O Bastonário da Ordem dos Economistas defende que o Portugal deve redefinir os regimes de incentivos e promover uma reforma radical do sistema fiscal, “subordinada aos objetivos macroeconómicos, à competitividade do sector empresarial e à produção de bem-estar social”.

**Vida Económica - Qual é a sua opinião geral sobre as conclusões do relatório de Mario Draghi em relação à competitividade da União Europeia? Acredita que estas refletem de forma precisa a realidade económica dos Estados-membros?**

**António Mendonça** - Quando falamos do Relatório Draghi temos de ter presente que participaram na sua elaboração muitos dos mais destacados economistas da atualidade, académicos, investigadores de diversas instituições, incluindo as mais reputadas universidades e centros de investigação, membros de bancos centrais e muitos outros. Portanto, não estamos em presença de um simples relatório, mas de um trabalho profundo que, de algum modo, faz uma síntese do pensamento atual sobre o estado da Europa no contexto da Economia Global atual, com múltiplas referências teóricas e de experiência.

Ele tem um antecedente próximo que é o Relatório Letta de abril de 2012, onde diversos aspetos são já colocados em evidência, designadamente a necessidade de ultrapassar a visão da Europa como um simples mercado único, anterior à implosão soviética, à unificação da Alemanha, onde a China e a Índia constituíam menos de 5% da Economia Global, os BRICS eram inimagináveis e a paridade com os Estados Unidos traduzia-se em forte inovação, competitividade e crescimento. Neste Relatório Letta, a necessidade de passar a um patamar superior da construção europeia aparece claramente explicitada, designadamente através da proposta de revisão profunda da visão dos anos 80/90 do Mercado Único, com a introdução de uma dinâmica e efetiva política industrial europeia, suportada numa quinta liberdade, adicionada às atuais quatro, potenciadora da investigação, da inovação e da educação no espaço europeu, a par da criação de uma União de Poupanças e Investimentos. E não deixa, ainda, de referir a necessidade de reforçar a arquitetura institucional europeia, visando uma maior integração e capacidade de produção de uma estratégia europeia.

Mas, sem dúvida, que o Relatório Draghi dá um salto em frente no sentido de confrontar a Europa com as duas vulnerabilidades e dependências, de uma forma nua e crua, realçando a prática estagnação desde o início do século e a necessidade acrescida de retomar uma dinâmica de crescimento.

### **VE – Quais as três áreas de intervenção consideradas fundamentais?**

**AM** - Primeira, e mais importante, a Europa deverá reforçar os esforços coletivos para fechar o gap de inovação face aos Estados Unidos e à China, particularmente nas tecnologias avançadas. Segunda, deverá construir um plano conjunto para a descarbonização e a competitividade. Terceira, deverá incrementar a segurança e reduzir dependências. Como pano de fundo destas áreas de intervenção e condição do seu sucesso, deverá estar a construção de uma nova estratégia industrial para a Europa.

O Relatório vai ainda mais longe na proposta de rotura com o status quo ao propor a emissão de dívida comum para poder financiar o investimento adicional

necessário, de cerca de 800 mil milhões anuais, para cumprir estes objetivos. Qualquer coisa como 4,4-4,7% do orçamento da União Europeia em 2023.

E a cereja em cima do bolo: a Europa não pode continuar, como até aqui, a procrastinar. Chegou-se a um ponto em que, sem ação, a Europa verá comprometido, seja o seu bem-estar, o seu ambiente ou a sua liberdade.

No fundo, e reforçando a conclusão de Letta, do que se trata é do redesenho radical da arquitetura de integração europeia, de forma a adaptá-la às mudanças que ocorreram na própria Europa e na relação de forças da Economia Global. Algo que o Relatório Delors produziu no final dos anos 80 do século passado, conduzindo à União Económica e Monetária do final desse mesmo século, mas que ainda não antecipava todas as transformações radicais que, entretanto, se produziram.

Obviamente, que se trata de uma análise não isenta de contradição, seja no plano do diagnóstico, seja no plano das propostas de intervenção. Mas não deixa de ter uma enorme aderência à realidade da União Europeia, da Zona Euro e dos países que as integram. Basta olhar para as crises que atravessam atualmente a Alemanha e a França e as crises latentes que se manifestam em outros países que se traduzem na continuação da tendência de crescimento medíocre do conjunto.

### **Portugal deve olhar para si próprio**

**VE - O relatório destaca a necessidade de reformas estruturais nos países da UE para melhorar a competitividade. Que reformas considera prioritárias no contexto económico português?**

**AM** - Portugal, enquanto membro da Zona Euro e da União Europeia, deve integrar-se no esforço conjunto que importa desenvolver para concretizar uma nova estratégia industrial para a Europa que permita superar os constrangimentos atualmente existentes.

Mas deve, simultaneamente, olhar para si próprio, procurando identificar os constrangimentos específicos e evitando cair em novos ciclos de dependências e vulnerabilidades que podem dar a ilusão de ganhos imediatos, mas que comprometem a prazo a qualidade e sustentabilidade do nosso crescimento.

No fundo, os problemas são os mesmos manifestando-se apenas com formas particulares que resultam das características e dimensão da economia portuguesa.

Portugal necessita de reintroduzir a visão e o planeamento estratégico, deve reavaliar o quadro das suas especializações, deve redefinir os regimes de incentivos, deve requalificar a administração pública, deve propiciar a retenção e o

aproveitamento da sua mão-de-obra qualificada, deve promover uma reforma radical do sistema fiscal, subordinada aos objetivos macroeconómicos, à competitividade do sector empresarial e à produção de bem-estar social. E deve criar uma relação de confiança entre o Estado e o sector empresarial, em que se reconheça os espaços próprios de intervenção, se produza uma relação de complementaridade e se criem mecanismos de ajustamento desta relação em função da evolução dos contextos, interno e externo. Uma espécie de parceria público-privada macroeconómica, com repartição de riscos e de benefícios, num horizonte temporal de longo prazo, onde a competitividade possa resultar dos objetivos definidos e do bom funcionamento do sistema no seu conjunto e de cada unidade, em particular.

---

## “É necessário redefinir os regimes de incentivos”

---

**VE - Em termos de inovação e digitalização, o relatório propõe avanços significativos. Como Portugal se posiciona em relação a estes objetivos, e que papel podem ter os economistas portugueses nesse processo?**

**AM -** Penso que Portugal tem todas as condições para se posicionar bem e ser um agente de transformação positiva no quadro destes objetivos.

Nos últimos anos foi feito um investimento significativo na qualidade das infraestruturas digitais. O ensino e a investigação nestas áreas são de indiscutível qualidade. A abertura da sociedade à introdução de novos modelos de trabalho é das maiores no contexto europeu.

Penso que a generalidade dos economistas está plenamente consciente e mobilizada para a necessidade de avançar na transformação digital, sendo já, indiscutivelmente, uma classe profissional que está na fronteira das transformações que estão a ocorrer.

Temos de ter presente, no entanto, que só a abertura mental e a capacidade técnica para responder aos desafios da transformação digital não bastam. É importante que toda a economia, quer no plano macro, quer no plano micro, estejam empenhadas neste processo, criando as condições para que as capacidades e talento dos profissionais e especialistas possam ser aproveitados em pleno.

Este é, aliás, um plano de intervenção que a Ordem dos Economistas irá privilegiar nos próximos anos, não apenas ao nível da formação e atualização dos

economistas, mas também a nível da consciencialização das empresas, das organizações e instituições económicas e da administração pública, para a necessidade de se empenharem na revolução tecnológica que está a ocorrer.

**VE - Mario Draghi enfatiza a necessidade de equilíbrio entre crescimento económico e sustentabilidade ambiental. Que desafios a UE enfrenta para atingir este equilíbrio e como podem as políticas económicas ajudar?**

**AM** - Os desafios são muitos e estão plenamente diagnosticados.

Também aqui, o planeamento estratégico, a intervenção por antecipação, a mobilização dos diferentes atores, a adoção dos incentivos corretos, a capacidade de adaptação à evolução da situação, são decisivos para o sucesso das medidas.

É importante ter presente, no entanto, que em matéria de sustentabilidade ambiental, a dimensão nacional ou mesmo europeia, não é suficiente, necessitando de uma forte coordenação e intervenção à escala global o que, parece, não estar a ser conseguido verdadeiramente, registando-se, inclusive, retrocessos em muitas áreas.

As próprias crises geoeconómicas e geopolíticas que estamos a atravessar também não são favoráveis a que se avance de forma segura e sustentável.

A Europa deve afirmar-se como referência à escala global e deve, internamente, fazer o seu trabalho, com respeito pelas particularidades dos países e sem que isso se transforme em mais um factor de divergência.

No fundo, do que se trata é de continuar, consolidar e aprofundar o caminho que já está a ser seguido, sem cair em burocracias, protecionismos discriminatórios, ou metas irrealistas.

Esta é mais uma matéria em que uma abordagem global e integrada no plano europeu, tal como preconiza o Relatório Draghi, é absolutamente indispensável.

*Artigo originalmente publicado no Vida Económica. Todos os direitos reservados ao autor e à publicação.*